



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO AO PROJETO DE LEI Nº 4.562, DE 2016.

(Apenso o PL Nº 6.125/2016)

Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que
“Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para dispor sobre o abandono afetivo do idoso por seus familiares.

Art. 2º A Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 10.

.....

§ 4º O abandono afetivo do idoso por seus familiares implicará responsabilização civil por dano. (NR)”

“Art. 50.

.....

XVI - comunicar ao Ministério Público, para as providências cabíveis, a situação de abandono moral, afetivo ou material por filhos ou demais familiares;

..... (NR)”

“Art. 98-A. Abandonar afetivamente o idoso pessoa de sua família:

Pena – detenção de um a três meses.

Parágrafo único. Poderá ser convertida em indenização à vítima a pena prevista neste artigo.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 5 de abril de 2017.

Deputado **GILBERTO NASCIMENTO**
Presidente